



LARISSA DOS SANTOS DA CUNHA FERNANDES

**CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
LETRAMENTO INFORMACIONAL E ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA**

GOIÂNIA

2025

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1204/2014, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE):

Nome completo do autor: Larissa dos Santos da Cunha Fernandes

Título do trabalho: Caminhos para a inclusão em bibliotecas universitárias: letramento informacional e acessibilidade programática

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCE.

Larissa dos Santos da Cunha Fernandes

Ciente e de acordo:

Keyla Rosa de Faria

Data: 04/12/2025.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

LARISSA DOS SANTOS DA CUNHA FERNANDES

CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
LETRAMENTO INFORMACIONAL E ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Informação e Comunicação da
Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG),
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Letramento Informacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Keyla Rosa de Faria.

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistemas de Bibliotecas UFG.

Fernandes, Larissa dos Santos da Cunha
Caminhos para a inclusão em bibliotecas universitárias
[manuscrito] : letramento informacional e acessibilidade programática
/ Larissa dos Santos da Cunha Fernandes. - 2025.
21 f.

Orientador: Prof. Keyla Rosa de Faria.
Trabalho Final de Curso (Especialização) - Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Curso de
Especialização em Letramento Informacional (CELI), Goiânia, 2025.
Bibliografia.
Inclui tabelas.

1. letramento informacional. 2. acessibilidade programática. 3.
bibliotecas universitárias. 4. pessoas com deficiência. I. Faria, Keyla
Rosa de , orient. II. Título.

CDU 02

ATA DA SESSÃO DE DEFESA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dois dias de dezembro de 2025, a partir das 20h, foi realizada a sessão de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da discente **Larissa dos Santos da Cunha Fernandes** com o título: **Caminhos para a Inclusão em Bibliotecas Universitárias: Letramento Informacional e Acessibilidade** orientada pela professora Dra. Keyla Rosa de Faria.

A Banca Examinadora foi composta pelas professoras: **Clemilda dos Santos Sousa e Thalita Franco dos Santos Dutra**.

Às 21h08, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo o discente sido **Aprovada**.

Prof.^a Dra. Keyla Rosa de Faria
Orientadora - UFG

Prof.^a M.^a Clemilda dos Santos Sousa
Convidada Externa - UFC

Prof.^a M.^a Thalita Franco dos Santos Dutra
Convidada Externa - IFG

CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: LETRAMENTO INFORMACIONAL E ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA¹

Larissa dos Santos da Cunha Fernandes²

RESUMO: O estudo busca mapear as práticas de letramento informacional, sob a perspectiva da acessibilidade programática, presentes nos regulamentos das bibliotecas das universidades públicas federais do estado do Rio de Janeiro, por meio do uso do *checklist* da FEBAB. O acesso à informação é um direito fundamental, mas as bibliotecas universitárias ainda apresentam desafios para atender as necessidades informacionais de todos os usuários de forma plena, especialmente pessoas com deficiência. Nesse contexto, o letramento informacional surge como uma ferramenta estratégica para promover práticas inclusivas nestes espaços. Assim, pergunta-se: de que maneira o letramento informacional está presente nas bibliotecas universitárias públicas no que se refere à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência? Definiu-se como objetivo geral analisar o uso do letramento informacional como ferramenta para práticas inclusivas que garantam acessibilidade. O método consistiu em pesquisa com abordagem qualitativa e análise documental dos regulamentos recuperados com o item sete do *checklist* da FEBAB. Como resultado, foram identificados diferentes níveis de desenvolvimento nos regulamentos institucionais, gerando reflexões acerca da necessidade de se estruturar práticas de letramento informacional e acessibilidade programática de forma mais clara, incisiva e permanente.

Palavras-chave: letramento informacional; acessibilidade programática; bibliotecas universitárias; pessoas com deficiência.

ABSTRACT: This study aims to map information literacy practices, from the perspective of programmatic accessibility, present in the regulations of libraries at federal public universities in the state of Rio de Janeiro, using the FEBAB checklist. Access to information is a fundamental right, but university libraries still face challenges in fully meeting the informational needs of all users, especially people with disabilities. In this context, information literacy emerges as a strategic tool to promote inclusive practices in these spaces. Thus, the question is: how is information literacy present in public university libraries with regard to accessibility and inclusion of people with disabilities? The general objective was defined as analyzing the use of information literacy as a tool for inclusive practices that guarantee accessibility for people with disabilities. The method consisted of qualitative research and document analysis of the regulations retrieved using item seven of the FEBAB checklist. As a result, different levels of development were identified in institutional regulations, generating reflections on the need to structure information literacy and programmatic accessibility practices in a clearer, more incisive, and permanent way.

Keywords: information literacy; programmatic accessibility; university libraries; people with disabilities.

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Letramento Informacional: educação para informação da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof.^a Dra. Keyla Rosa de Faria, como requisito parcial para conclusão do curso.

² Pós-graduanda do curso de Especialização em Letramento Informacional: educação para informação da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: larissa_cunha@discente.ufg.br.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito de todos, contudo os espaços de conhecimento ainda não atendem de maneira adequada às necessidades informacionais de seus usuários, sobretudo, aqueles com deficiências. Seja por falta de recursos ou por desinformação, as instituições não oferecem condições plenas de acessibilidade. Neste cenário, surge a necessidade de mapear as estratégias acessíveis adotadas por esses locais para analisar a adoção de práticas inclusivas.

O letramento informacional consiste em um processo que envolve ações de busca, acesso e uso de informação visando a solução de problemas (Gasque, 2010), surge neste cenário como um recurso a ser utilizado conjuntamente com iniciativas de acessibilidade para garantir o acesso à informação nas bibliotecas. O seu uso pode contribuir na implementação de práticas mais inclusivas e garantir autonomia às pessoas com deficiência que utilizam esses espaços.

Diante do exposto, e considerando a importância das bibliotecas universitárias públicas como espaços de disseminação da informação, propõe-se a investigar: **de que maneira o letramento informacional está presente nas bibliotecas universitárias públicas no que se refere à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência?** Para responder a esta questão, foi delimitado como objetivo geral analisar o uso do letramento informacional como ferramenta estratégica para práticas inclusivas que garantam a plena acessibilidade às pessoas com deficiência nas bibliotecas das universidades públicas federais do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos consistem em:

- a) identificar quais barreiras interferem na acessibilidade programática e dificultam o acesso e o uso dos serviços e acervos das bibliotecas pelas pessoas com deficiência.
- b) mapear as políticas, programas e práticas de letramento informacional atualmente implementadas nas bibliotecas, com foco na sua intersecção com a acessibilidade e inclusão.
- c) comparar como as práticas de letramento informacional acessíveis se relacionam com o *checklist* da FEBAB identificando lacunas e melhorias.

Além desta introdução, a seção 2 apresenta a metodologia em que são abordados os procedimentos adotados na pesquisa e sua natureza. As seções 3 e 4

tratam da fundamentação teórica que serviu de base para o desenvolvimento da pesquisa, além das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A seção 5 apresenta os resultados obtidos por meio da análise documental das bibliotecas utilizando o *checklist* da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB).

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza básica, que envolve interesses universais para gerar conhecimentos úteis para o avanço científico (Prodanov; Freitas, 2013), uma vez que busca compreender e alinhar práticas de acessibilidade e letramento informacional nos regulamentos das bibliotecas. Quanto aos objetivos é exploratória, que aprofunda, esclarece e aprimora conceitos e ideias, e descritiva, que descreve características de determinado fenômeno (Lose; Magalhães, 2019), pois consiste em uma análise e comparação das políticas institucionais com o *checklist* da FEBAB, identificando possíveis lacunas e melhorias.

Em relação à abordagem, é qualitativa, ou seja, “se assenta sobre características próprias, utilizando o texto descritivo, crítico e reflexivo como caminho de análises e de resultados” (Mattos, 2024, p. 35), na medida em que consiste na análise documental de práticas de acessibilidade programática e letramento informacional, cujo caráter é subjetivo. Além disso utilizou-se método dedutivo, aquele que “sugere uma análise de problemas do geral para o particular” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 127) e como procedimento a análise documental, tendo em vista que utiliza o *checklist* como norteador para analisar e comparar as práticas presentes nestes documentos. Para a construção da fundamentação teórica, foi utilizado levantamento bibliográfico para orientar o desenvolvimento da pesquisa.

O estudo foi realizado por meio da análise dos documentos disponíveis em *sites* institucionais das bibliotecas universitárias selecionadas, abrangendo o Sistema de Bibliotecas (SIBI) ou a Biblioteca Central e documentos da instituição mantenedora, quando necessário. Além disso, foram verificadas as redes sociais destas instituições para a busca de ações culturais e científicas. Para atingir o objetivo, foram analisados os documentos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 - Documentos analisados

Bibliotecas	Regulamentos
UNIRIO	Minuta da Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO; Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026; Regimento Geral.
UFF	Diretrizes para a formação e o desenvolvimento do acervo no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense; Plano de Atualização de Acervo das Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense para 2023-2027; Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027.
UFRJ	Política de Acessibilidade do SIBI/UFRJ; Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.
UFRRJ	Plano de Acessibilidade da UFRRJ; Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo da Biblioteca Central; Regimento Interno da Biblioteca Central.

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2025).

A análise documental foi feita através das perguntas disponibilizadas no item sete³, que trata da acessibilidade programática, do *checklist* da FEBAB, um instrumento desenvolvido para analisar ações inclusivas em bibliotecas. Ele é composto por oito categorias e as opções de resposta indicadas pela FEBAB são: atendido, não atendido, atendido parcialmente ou não se aplica. A escolha do item que trata da acessibilidade programática se justifica tendo em vista a importância de se documentar as práticas de acessibilidade existentes nas instituições, bem como nortear ações futuras que englobem as pessoas com deficiência.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram considerados os itens 7.1 a 7.7 do *checklist*, apresentados no Quadro 2. A exceção foi o tópico 7.6, considerado como “não se aplica”, uma vez que trata de aspectos de cunho financeiro. Apesar de a previsão orçamentária ser importante para viabilizar as práticas de acessibilidade e letramento informacional, o objetivo deste trabalho é analisar como elas são estruturadas nestes documentos.

Quadro 2 – Item 7 do Checklist da FEBAB
Item 7 – Acessibilidade Programática

7.1	O regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade?
7.2	O regulamento da biblioteca apresenta flexibilidade de modo que a equipe possa realizar ações necessárias à acessibilidade, embora não previstas?
7.3	O regulamento da biblioteca contempla claramente os produtos e serviços oferecidos, especialmente aqueles que objetivam dar condições de acesso e uso à informação para pessoas com deficiência?

³Disponível em: bit.ly/47RKmzV. Acesso em: 01 nov. 2025.

7.4	A política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, consoante à legislação vigente, prevê a aquisição gradual dos conteúdos básicos do acervo em formatos alternativos como, por exemplo, Braille, áudio e digital?
7.5	A política de aquisição da biblioteca prevê o contato com autores/editoras para obtenção de arquivos digitais dos conteúdos básicos do acervo, a fim de facilitar os procedimentos de transcrição dos documentos para formatos acessíveis?
7.7	As ações culturais e científicas promovidas pela biblioteca preveem a inclusão de todos os usuários, independente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas?

Fonte: adaptado de FEBAB (2018).

Além disso, para fins desta pesquisa, entendeu-se como regulamento documentos institucionais disponibilizados nos sites das bibliotecas ou universidades mantenedoras, como políticas, programas, planos de desenvolvimento institucional e diretrizes.

3 LETRAMENTO INFORMACIONAL E ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA

Com o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, o acesso à informação tornou-se mais amplo. Apesar de esse cenário ser um marco para a evolução do conhecimento, trouxe também desafios quanto à seleção e confiabilidade das informações, sobretudo no contexto universitário, pois há maior exigência em relação a produções científicas e acadêmicas. Nesse sentido, o letramento informacional surge como estratégia para capacitar estudantes na busca e avaliação da informação.

Apesar de não haver uma definição única, pode ser entendido como o processo que busca integrar ações para a localização, seleção, acesso, organização e uso de informações para a resolução de problemas, a tomada de decisões e a aquisição de conhecimento (Gasque, 2010). Além disso, ainda que as práticas de letramento informacional estejam intrinsecamente ligadas à capacidade de busca e acesso à informação, elas envolvem processos que vão além disso, uma vez que estimulam o desenvolvimento de pensamento crítico, de autonomia e contribuem para que existam indivíduos mais conscientes e cidadãos.

As bibliotecas universitárias também têm papel indispensável neste processo, pois oferecem apoio e recursos que auxiliam no desenvolvimento de habilidades e pensamento crítico. Gasque (2020), em seu Modelo Nuclear de Letramento

Informacional, apresenta quatro núcleos de competências, dos quais três se relacionam às práticas e serviços das bibliotecas.

No núcleo dois, relativo ao acesso eficaz da informação (Gasque, 2020), destaca-se o uso adequado de diferentes fontes de informação, como obras de referência, bases de dados e a *internet*, atentando-se para superação de desafios, o uso ético da informação e a autonomia do usuário. Já o núcleo três, trata do uso ético e legal da informação, abordando o combate à desinformação, o uso de citações e referências de maneira adequada e a capacidade de analisar textos de maneira crítica, respeitando os direitos autorais e às diferentes ideias.

Por fim, o núcleo quatro trata da comunicação da informação (Gasque, 2020), ou seja, o uso das normas, como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando à produção de textos claros, objetivos e éticos. Esses núcleos interligam conceitos, procedimentos e atitudes, formando uma base sólida para a formação de indivíduos críticos e autônomos no uso da informação.

Pode-se dizer, então, que as bibliotecas funcionam como uma espécie de laboratório do letramento informacional. Reis e Duarte (2017) afirmam que as relações entre a leitura e o letramento informacional, a aprendizagem, as bibliotecas e os bibliotecários deveriam ocorrer de forma natural dentro do ambiente acadêmico, e que a existência de lacunas neste processo gera impactos negativos no desenvolvimento dos estudantes e na sua formação acadêmica.

Estas práticas, em conjunto com as bibliotecas, assumem um papel ainda mais abrangente e inclusivo quando atreladas à acessibilidade. Neste cenário, não basta apenas a disponibilidade de conteúdos, mas também a sua adaptação para formatos, interfaces e ações que permitam o seu uso pelas pessoas com deficiência em condições de igualdade.

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2004, Art. 8º, inciso I, a acessibilidade consiste em

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004, Art. 8º).

Deste modo, promover a acessibilidade informacional significa assegurar que o processo de letramento informacional alcance a todos, independentemente das condições físicas, sensoriais ou cognitivas.

Neste cenário, a acessibilidade programática, ou seja, aquela que elimina as barreiras invisíveis presentes em regulamentos e normas institucionais (Sassaki, 2005) surge como um elemento essencial para desenvolver as competências de letramento informacional, uma vez que estabelece condições estruturais e normativas para que estas práticas sejam implementadas.

De acordo com Diniz, Almeida e Furtado (2020), alguns aspectos observados em relação à acessibilidade programática nas bibliotecas universitárias incluem a existência de regulamentos obsoletos que não contemplam as pessoas com deficiência, a falta de previsão de aquisição de materiais adaptados e a preocupação excessiva dos bibliotecários com questões técnicas, não se atentando para as necessidades informacionais de todos os usuários de forma adequada.

Com isso, fica evidente que as práticas inclusivas devem ser documentadas de modo a prever a utilização de múltiplos formatos e plataformas, com recursos que possibilitem sua compreensão e uso. E, ainda, que estas questões deixem de ser um aspecto secundário e constituam elemento essencial para tornar o letramento informacional efetivo, principalmente nos ambientes educacionais. É necessário que a acessibilidade programática seja discutida nas bibliotecas universitárias para compreender os desafios e barreiras ainda existentes nesses ambientes.

4 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS INCLUSIVAS: BARREIRAS À ACESSIBILIDADE E O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

As bibliotecas universitárias são essenciais na promoção do conhecimento, sobretudo o científico, sendo um importante espaço para o desenvolvimento acadêmico, a pesquisa e o aprendizado. Para cumprir o seu papel, estes ambientes precisam ser acessíveis a todos os usuários, incluindo as pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a acessibilidade engloba não somente os aspectos físicos, mas também a disponibilidade de recursos e serviços inclusivos. Porém, ainda existem diversas barreiras que limitam o acesso à informação e a participação acadêmica.

Conforme apontado por Pinheiro e Crivellari (2021), o não cumprimento da legislação que garante a acessibilidade e as atitudes e práticas discriminatórias nas bibliotecas universitárias representam barreiras para que as pessoas com deficiência

frequentem estes locais. Além disso, o uso de recursos de Tecnologia Assistiva e ações inclusivas ainda são pouco explorados por bibliotecários.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Art. 3º, inciso IV, considera-se barreiras à pessoa com deficiência

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (Brasil, 2015, Art. 3º).

Em razão disto, é fundamental identificar e estabelecer estratégias que possibilitem a superação destes obstáculos e que garantam a acessibilidade, como o uso da Tecnologia Assistiva. Ela consiste em recursos e serviços que ampliam a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência, garantindo autonomia e inclusão (Brasil, 2015).

Segundo Sartoretto e Bersch (c2025), o objetivo da Tecnologia Assistiva é auxiliar a pessoa com deficiência a ter mais autonomia, mais inclusão e qualidade de vida através da ampliação das suas habilidades. Estes recursos auxiliam na eliminação de diferentes barreiras. Para fins deste estudo, ressalta-se aqueles que estão diretamente relacionados à acessibilidade programática e às barreiras atitudinais, informacionais, comunicacionais e tecnológicas (Brasil, 2015), que estão relacionadas à usabilidade e acesso à informação nas bibliotecas universitárias.

As barreiras atitudinais são aquelas que tratam de “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, Art. 3º, alínea “e”), já as barreiras tecnológicas são aquelas que limitam ou excluem o acesso a tecnologias (Brasil, 2015). No caso das comunicacionais e informacionais são aquelas que geram qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impeça a emissão ou o recebimento de mensagens e informações por meio de sistemas de comunicação e tecnologias da informação (Brasil, 2015).

Diante do exposto, pode-se elencar alguns recursos de Tecnologia Assistiva que podem ser utilizados nas bibliotecas, como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) (Sartoretto; Bersch, c2025), que auxilia na diminuição das barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais, pois atua no desenvolvimento do diálogo das pessoas com deficiência diminuindo as percepções de incapacidade na comunicação.

Os recursos de acessibilidade ao computador, como softwares e teclados alternativos (Sartoretto; Bersch, c2025) que atuam nas barreiras tecnológicas e informacionais, uma vez que ajudam no acesso à informação e na diminuição da exclusão digital. E ainda, os auxílios para cegos e para surdos como ampliadores de tela, recursos de voz e conversores de texto em libras (Sartoretto; Bersch, c2025) que ajudam na eliminação das barreiras comunicacionais, informacionais e tecnológicas ao garantir o acesso à leitura, à escrita e à comunicação.

Dessa forma, é indispensável que as bibliotecas universitárias incluam em seus regulamentos práticas acessíveis de acordo com a legislação. Stroparo e Moreira (2016, p. 2) apontam que “as bibliotecas universitárias devem efetivar políticas institucionais para garantir a inclusão e a acessibilidade”, e ainda, que é necessário legitimar ações que impulsionem a mudança e o cumprimento das leis.

A implementação efetiva da Tecnologia Assistiva e de ações inclusivas nas bibliotecas universitárias, aliadas ao letramento informacional, vai além da disponibilização de recursos, é necessário que estes espaços incluam nas suas políticas e regulamentos institucionais diretrizes que englobam a acessibilidade programática.

5 ANÁLISE DOCUMENTAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A comparação documental com o item sete disposto no *checklist* da FEBAB, e em conformidade com o Modelo Nuclear de Letramento Informacional da Gasque (2020), resultou nas análises disponibilizadas nos quadros 3 a 6.

Quadro 3 – Análise documental da UNIRIO

UNIRIO		
Item	Respostas	Estratégias
7.1	Parcialmente	Garantia de acesso à informação.
7.2	Não atendido	-
7.3	Parcialmente	Ações de treinamento de usuários, promoção de eventos, exposições e ações culturais, dicas de leitura, recursos de Tecnologia Assistiva, Repositório de Tecnologia Assistiva.
7.4	Parcialmente	Aquisição de recursos digitais e acessíveis.

7.5	Parcialmente	Digitalização de itens do acervo.
7.7	Parcialmente	Treinamentos <i>online</i> .

Fonte: elaborado pela autora a partir do *checklist* da FEBAB (2018).

Conforme observado, o item 7.1 que trata da existência de questões relativas à acessibilidade nos regulamentos das bibliotecas foi considerado parcialmente atendido, tendo em vista que os regulamentos da biblioteca não preveem de forma explícita ações voltadas à pessoa com deficiência. No entanto, o regimento da biblioteca (UNIRIO, 1988) estabelece a garantia de acesso à informação.

Além disso, foram identificadas outras práticas voltadas ao letramento informacional que estão diretamente relacionadas com o Modelo Nuclear do Letramento Informacional proposto por Gasque (2020) como a orientação de uso das normas brasileiras de documentação, garantia de recursos informacionais para o ensino-aprendizagem, a promoção de cursos, eventos, palestras, debates e o treinamento e a capacitação dos usuários e da equipe de trabalho.

O item 7.2, que trata da flexibilidade da equipe em relação às ações necessárias para acessibilidade, não foi atendido por não ser previsto de forma explícita nos documentos analisados. Já o item 7.3 que trata dos produtos e serviços voltados à pessoa com deficiência disponibilizados no regulamento da biblioteca, foi atendido parcialmente.

Apesar de o regulamento do SIBI da UNIRIO (1988) não prever de forma explícita o uso de Tecnologia Assistiva e de recursos acessíveis, o PDI (UNIRIO, 2021) contempla ações voltadas à acessibilidade na biblioteca. Neste sentido, são descritos os serviços inclusivos oferecidos como a promoção de treinamentos e exposições culturais, tanto presenciais quanto *online*. Além disso, o documento aponta dicas de leitura de material digital e a existência de scanner de voz e de impressora braille para uso de pessoas com deficiência visual na Biblioteca Central.

Há, ainda, a previsão de aquisição de recursos acessíveis através de uma parceria entre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e a Biblioteca Central, além de existir um Repositório de Tecnologia Assistiva, o TASSIA⁴, que disponibiliza o acesso à softwares de Tecnologia Assistiva gratuitos para diferentes tipos de deficiência.

⁴ Disponível em: <https://tassia.uniriotec.br/>. Acesso em: 01 nov. 2025.

O item 7.4 do *checklist* aponta a previsão de aquisição de materiais acessíveis na política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas. Neste caso, foi atendido parcialmente, pois estabelece a aquisição e acesso à recursos digitais, além disso, conforme mencionado, o PDI (UNIRIO, 2021) prevê a aquisição de acervo voltado à acessibilidade. Já o item 7.5, que trata de contato com editoras para obtenção de arquivos digitais de conteúdos já presentes no acervo, foi parcialmente atendido, pois prevê a digitalização de materiais presentes no acervo, mas não o contato com editoras ou autores.

O item 7.7 sobre a promoção de ações culturais e científicas que incluam a todos os usuários foi parcialmente atendida, pois a Biblioteca Central promove muitos treinamentos *online* com uso de plataformas que facilitam a acessibilidade. No Quadro 4, apresenta-se a avaliação das diretrizes do SIBI da UFF.

Quadro 4 – Análise documental da UFF

UFF		
Item	Respostas	Estratégias
7.1	Atendido	Atendimento especializado para pessoas com deficiência, acessibilidade digital.
7.2	Atendido	Programa Biblioteca Inclusiva.
7.3	Atendido	Formatos acessíveis, desenvolvimento de acervo acessível.
7.4	Atendido	Aquisição de material acessível como e-texto, braile, áudio, entre outros.
7.5	Atendido	Aumento de conteúdo digital para facilitar acesso.
7.7	Parcialmente	Treinamentos <i>online</i> e tutoriais.

Fonte: elaborado pela autora a partir do *checklist* da FEBAB (2018).

No Quadro 4 todos os itens foram atendidos, ainda que parcialmente. A biblioteca oferece serviço de atendimento especializado para pessoas com deficiência e tem como objetivo apoiar a formação de acervo acessível, além disso as diretrizes preveem o uso de formatos compatíveis e o aumento da disponibilização de conteúdo digital para facilitar o acesso por todos os usuários. Do mesmo modo, o Plano de atualização (UFF, 2025) aponta a existência de recursos de Tecnologia Assistiva em três bibliotecas e do Programa Biblioteca Inclusiva, que propõe a conversão de materiais para formatos acessíveis e ampliação de atendimento especializado.

A política de desenvolvimento de coleções (UFF, 2017) garante a acessibilidade e disponibilidade de recursos digitais 24 horas por dia por diferentes dispositivos, além de prever a aquisição gradual de material inclusivo como áudio, braille e texto para eliminar as barreiras comunicacionais e de informação. Já o item 7.7 foi parcialmente atendido, pois a biblioteca oferece treinamentos *online*. O Quadro 5 refere-se ao SIBI da UFRJ.

Quadro 5 – Análise documental da UFRJ

UFRJ		
Item	Respostas	Estratégias
7.1	Atendido	Plano de Acessibilidade do SIBI.
7.2	Atendido	Autonomia para o processamento técnico e seleção de documentos.
7.3	Atendido	Práticas acessíveis de acordo com a legislação; ações integradas intersetoriais e interbibliotecas.
7.4	Atendido	Aquisição de formatos acessíveis; disponibilidade de material em braille, softwares e outros tipos de materiais.
7.5	Parcialmente	Disponibilização de acesso à literatura básica através do uso de texto em braille, software e outros tipos de materiais.
7.7	Parcialmente	Cursos e treinamentos <i>online</i> .

Fonte: elaborado pela autora a partir do *checklist* da FEBAB (2018).

Observa-se no Quadro 5 que todos os itens também foram atendidos, ainda que parcialmente. O SIBI possui um Plano de Acessibilidade (UFRJ, 2019) que direciona as bibliotecas que o integram. Em seu conteúdo, é citado o papel das bibliotecas em auxiliar no ensino-aprendizagem por meio da aplicação de práticas acessíveis de modo intersetorial e em conformidade com a legislação para a eliminação de barreiras. Ademais, prevê o uso de sítios de *internet* inclusivos e o treinamento e capacitação da equipe para diminuição das barreiras atitudinais.

Na política de desenvolvimento de coleções (UFRJ, 2022) foram identificadas estratégias voltadas à aquisição de materiais para pessoas com deficiência com a utilização de formatos acessíveis e *e-books* que permitem *download*, cópias, impressões e disponibilidade total de acesso. O item 7.5 foi atendido parcialmente, pois apesar de não prever o contato direto com editoras ou autores para solicitar

versões digitais, há a previsão de disponibilizar o acesso à literatura básica presente no acervo através do uso de texto em braille, softwares e outros tipos de materiais.

O item 7.7 também foi atendido parcialmente, tendo em vista que as bibliotecas oferecem cursos e treinamentos *online*. O SIBI possui, ainda, um relatório anual⁵ que analisa as condições de acessibilidade em todas as bibliotecas que o compõem. Por fim, no Quadro 6 é apresentada a análise da UFRRJ.

Quadro 6 – Análise documental da UFRRJ

UFRRJ		
Item	Respostas	Estratégias
7.1	Atendido	Qualidade e usabilidade de materiais para pessoas com deficiência, orientação aos usuários.
7.2	Parcialmente	Criação de comissões especiais para o que não está previsto.
7.3	Não atendido	-
7.4	Atendido	Aquisição de material acessível.
7.5	Não atendido	-
7.7	Não atendido	-

Fonte: elaborado pela autora a partir do *checklist* da FEBAB (2018).

Como apontado, os itens 7.1 e 7.4 foram atendidos uma vez que a biblioteca oferece serviços de orientação para garantir o acesso informacional e o uso de referências, enfatiza o apoio ao processo de ensino-aprendizagem e prevê a aquisição de materiais acessíveis e de qualidade para pessoas com deficiência.

O item 7.2 foi considerado parcialmente atendido, pois o regimento da biblioteca (UFRRJ, 1989) indica a possibilidade de criar comissões especiais para o que não está previsto em seu escopo. Já os itens 7.3, 7.5 e 7.7 não foram atendidos, pois não fica claro quais produtos ou serviços são oferecidos pela biblioteca, além de não haver nada explícito em relação à digitalização de materiais já existentes no acervo ou sobre o uso de recursos de Tecnologia Assistiva. O item 7.7 não foi atendido, pois apesar de a biblioteca oferecer treinamentos para acesso ao sistema e

⁵ Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/gestao-de-dados-links/86-acessibilidade-em-numeros-teste>. Acesso em: 03 nov. 2025.

para a realização de pesquisas, não ficou claro de que forma são oferecidos e se ocorrem de maneira presencial ou *online*.

Apesar disso, o Plano de Acessibilidade da UFRRJ (2021) prevê a disponibilização futura de acervos digitais, de materiais acessíveis e serviços de digitalização, além do uso de recursos como softwares leitores e ampliadores de tela e outros equipamentos voltados à acessibilidade.

O *checklist* da FEBAB possui, ainda, um resumo avaliativo das respostas às perguntas apontadas no Quadro 2 para medir a acessibilidade das bibliotecas, apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Resumo avaliativo da análise documental

Respostas	UNIRIO	UFF	UFRJ	UFRRJ
Atendidos	0	5	4	2
Não atendidos	1	0	0	3
Parcialmente atendidos	5	1	2	1
Não se aplica	1	1	1	1
Pontos possíveis	18	18	18	18
Total de pontos	5	16	14	7
Objetivo (%)	27.8%	88.9%	778 %	38.9%
Classificação	Temos Trabalho	Muito bom	Bom	Temos Trabalho

Legenda: Menos de 59 - Temos trabalho; 60 a 69 - Vamos melhorar; 70 a 79 – Bom; 80 a 89 - Muito bom; 90 a 100 - Excelente.

Fonte: elaborado pela autora a partir do *checklist* da FEBAB (2018).

Como apresentado, há diferenças significativas entre as instituições analisadas em relação às práticas de acessibilidade identificadas nos seus regulamentos. Neste sentido, a UFF (88,9%) foi a mais bem avaliada com o maior número de itens atendidos, sendo classificada como muito boa, pois possui iniciativas inclusivas bem estruturadas como o Programa Biblioteca Inclusiva. Em seguida, a UFRJ (77,8%) foi classificada como boa, pois possui um Plano de Acessibilidade desenvolvido para o SIBI e iniciativas importantes que contribuem com a acessibilidade.

Em relação à UFRRJ (38,9%) e a UNIRIO (27,8%) classificadas como “temos trabalho”, indicam que apesar de existir ações pontuais de acessibilidade em suas diretrizes, há a necessidade de estruturação das políticas e regulamentos de suas bibliotecas para o planejamento de medidas mais acessíveis e de ações voltadas às pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que, em todos os regulamentos, foram identificadas práticas de letramento informacional de acordo com o modelo apontado por Gasque

(2020) como treinamento de uso de bases de dados, do acervo e de normalização documental. Além do respeito aos direitos autorais, em conformidade com a legislação vigente.

Com esta análise, observa-se que embora existam esforços para o alcance da acessibilidade programática, ainda ocorrem variações significativas entre as bibliotecas no que se refere ao desenvolvimento de suas políticas. Neste contexto, é fundamental que sejam estruturadas ações mais efetivas e permanentes para que haja inclusão nas bibliotecas universitárias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade mapear práticas de letramento informacional, voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, através da análise da acessibilidade programática nos regulamentos das bibliotecas das universidades públicas federais do estado do Rio de Janeiro por meio do uso do *checklist* da FEBAB.

Com a análise realizada, observou-se níveis diferentes de desenvolvimento dos documentos institucionais e tornou-se evidente a necessidade de se discutir a previsão de estratégias que viabilizem o acesso informacional para todos em condições de igualdade. Neste sentido, foram identificadas lacunas importantes que representam barreiras programáticas, mas que podem ser extintas através da ação conjunta das bibliotecas com a comunidade acadêmica e na implementação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Propõe-se a revisão e atualização dos regulamentos e políticas das bibliotecas universitárias, de modo a contemplar de maneira mais explícita como atender às necessidades informacionais das pessoas com deficiência. Além disso, é fundamental que haja investimentos em recursos de Tecnologia Assistiva e formatos adaptados, para garantir o acesso de todos.

É importante ainda, a promoção de ações culturais, científicas e programas que garantam a participação de todos os usuários e a capacitação continuada dos profissionais de modo que as ações propostas sejam aplicadas de forma mais efetiva e permanente.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para gerar reflexões acerca da importância de se concretizar medidas de letramento informacional no contexto da inclusão, sobretudo na perspectiva da acessibilidade programática, de modo a

proporcionar mais autonomia, participação e equidade para as pessoas com deficiência inseridas no ambiente da biblioteca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis que dão prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 01 nov. 2025.

DINIZ, Isabel Cristina dos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cássia Cordeiro. Bibliotecas universitárias em busca de acessibilidade programática: quebra de barreiras (in) visíveis nas políticas de formação e desenvolvimentos de coleções no Brasil e em Portugal. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real**. Guarujá: Científica Digital, 2020. p. 310-324. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/politicas-publicas-educacao-e-diversidade-uma-compreensao-cientifica-do-real>. Acesso em: 02 dez. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas** (checklist). São Paulo: FEBAB, 2018. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83–92, set./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652010000300007>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GASQUE Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Manual do Letramento Informacional: saber buscar e usar a informação**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2020. 384 p. ISBN: 978-85-88130-53-1. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35957>. Acesso em: 07 out. 2025.

LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Lívia Borges Souza. **Metodologia do trabalho científico**: elaboração de projeto. Salvador: Ufba, 2019. 90 p. ISBN: 978-85-8292-218-7. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30884>. Acesso em: 27 set. 2025.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**: desenhando o projeto e a pesquisa. Cachoeirinha: Fi, 2024. 2 v. ISBN 978-65-85725-99-6. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/a099->

metodologia-pesquisa-cientifica-projeto. Acesso em: 27 set. 2025.

PINHEIRO, Alejandro de Campos; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Desafios da acessibilidade e da Tecnologia Assistiva na biblioteca universitária. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n., p. 32-52, maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/62529>. Acesso em: 01 out. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 276 p. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

REIS, Giordani Avila; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Leitura e letramento informacional na universidade: um hiato, um construto fragmentado ou um dilema? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 136-157, set. /out. 2017. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n3p136>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26075>. Acesso em: 30 set. 2025.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Tecnologia Assistiva**. Assistiva: tecnologia e educação. Porto Alegre, c2025. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, n. 1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/revista_inclusao1.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Acessibilidade informacional na biblioteca universitária: em foco o aluno com deficiência. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL, 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Anped Sul, 2016. p. 1-16. Disponível em: http://www.anpedsl2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_ELIANE-MARIA-STROPARO-LAURA-CERETTA-MOREIRA.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Minuta da Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2023. Disponível em: <https://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/MINUTA POLITICA FDCA AlteracaoItem2F23032023ReenviadoparaSID20052023.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2021. Disponível em: <https://www.unirio.br/copadi/pdi/PDI20222026Versaoatualizada.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sistema de

bibliotecas. **Regimento Geral.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 1988. Disponível em: <https://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/RegimentoInternodoSistemadeBibliotecasdaUNIRIO.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Ato da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ:** institui a Política de Acessibilidade do SIBI/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GKIGMKUw3TCNAzKXFHFFrjYwMj9oZtdM/view>. Acesso em: 01 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.** Série Manual de Procedimentos, n. 13. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1H1LMofR9X4lbhyle9SJ_LmvfSk17kzSo/view. Acesso em: 02 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Diretrizes para a formação e o desenvolvimento do acervo no Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF.** 3 ed. Niterói: UFF, 2017. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11859/PDC%20\(Diretrizes\)%202017.pdf?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11859/PDC%20(Diretrizes)%202017.pdf?sequence=1). Acesso em: 02 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Plano de Atualização de Acervo das Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense para 2023-2027. In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Boletim de Serviço N.º 37.** Niterói: UFF, 2025. p. 85-108. Disponível em: <https://boletimdeservico.uff.br/wp-content/uploads/sites/620/2025/04/37-25.pdf#page=85>. Acesso em: 02 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** voando alto com os pés no chão 2023-2027. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: <https://www.uff.br/wp-content/uploads/2025/09/PDI-Voando-alto-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano de acessibilidade da UFRRJ.** Seropédica: UFRRJ, 2021. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/11/PLANO-DE-ACESSIBILIDADE-DA-UFRRJ-OK.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo da Biblioteca Central.** Seropédica: UFRRJ, 2024. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/biblioteca/files/2024/11/Politica-de-Formacao-e-Desenvolvimento-de-Acervo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Regimento interno da Biblioteca Central.** Seropédica: UFRRJ, 1989. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/biblioteca/files/2023/06/estatuto.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.